

Debate

Prostituição infantil

RESUMO: Debate realizado no IMESC, em outubro de 1985, entre especialistas convidados, teve por objeto a prostituição infantil. Foram focalizados diversos aspectos da situação social problemática: o panorama da prostituição infantil em diferentes países; o cotidiano de violência, do abuso e da comercialização de crianças em São Paulo, através do relato de casos; o comprometimento psicológico e psiquiátrico, a erotização da infância, os determinantes sociais da utilização da criança como objeto de exploração sexual, além dos aspectos jurídicos de que se reveste a questão enfocada. O debate, se revelou a complexidade do fenômeno, revelou igualmente a dificuldade de se compreendê-lo como síntese de múltipla causalidade. Talvez porque se esconde, por detrás da prostituição infantil, uma outra discussão: o modelo adultocêntrico e androcêntrico de organização de vida familiar nas sociedades que vivem sob a égide da civilização ocidental contemporânea.

UNITERMOS: prostituição infantil, comprometimento psicológico e psiquiátrico; erotização de infância; abuso sexual de crianças, aspectos sociais e jurídicos.

APRESENTAÇÃO

Em outubro de 1985, em virtude de sugestão dirigida ao Conselho Editorial de *TEMAS IMESC – Soc. Dir. Saúde*, escolhida pelo editor, este Instituto sediou debate, entre personalidades públicas convidadas, o qual teve por objeto a prostituição infantil. Participaram Celina Guerra e Silva, psiquiatra e pesquisadora do Instituto da Criança, do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo; Dalmo de Abreu Dallari, jurista, professor titular da Faculdade de Direito da USP, escritor e ex-presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo; Heleneith Saffiotti, socióloga, membro do corpo de orientadores do curso de pós-graduação em sociologia rural e urbana do Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação da UNESP (campus de Araraquara), pesquisadora, escritora e membro do Conselho da Condicão Feminina do Estado de São Paulo; Lia Júnqueira, advogada, presidente do Movimento de Defesa do Menor; Maria Amélia Azavedo, advogada, educadora, docente do Instituto de Psicologia da USP, pesquisadora, escritora e membro do Conselho da Condicão Feminina do Estado de São Paulo; e Mário Lorenzi, jornalista e escritor. Como observadores, estiveram presentes Padre Baruel, autor de *Lenocínio em Massa no Brasil*, que trata do assunto enfocado; Maria Aparecida Medrados, do Conselho da Condicão Feminina do Estado de São Paulo; Naumi Vasconcelos, sexóloga, docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e membro do Conselho da Condicão Feminina do Estado de São Paulo; Sueli Gandolfi Dallari, enfermeira saniterista, bacharel em Direito, mestre e doutor em Saúde Pública, escritora; e Ana Stalla de Abreu, psicóloga, da equipe técnica do IMESC. O debate foi coordenado por Sérgio França Adorno de Abreu, Presidente do Conselho Editorial de *TEMAS IMESC – Soc. Dir. Saúde*.

Cabem, de início, algumas observações. Em virtude de razões atinentes exclusivamente a espaço editorial, publicamos, neste fascículo, tão somente a parte central do debate veri-

ficado. Algumas falas não puderam ser revisadas pelos debatidores devido à incompatibilidade entre os prazos editoriais e os múltiplos compromissos assumidos pelos convidados. No entanto, *TEMAS IMESC – Soc. Dir. Saúde* receberá de bom grado, em seu próximo volume, iniciativas dos debatidores no sentido de melhor aclarar ao leitor proposições que nem sempre lhes pareceram reproduzir com fidelidade a idéia pretendida.

Convém documentar o propósito que animou a organização do debate. Pretendeu-se realizá-lo no mês de outubro, mês da criança, oportunidade ímpar para nossa civilização redimir-se dos pecados cometidos contra crianças e recuperar a imagem cívica de uma civilização que insiste em denunciar sua própria hipocrisia, promete liberar-se de suas amarras e isentear-se dos perigos que a fazem funcionar. Outubro constitui espaço temporal destinado a reatualizar o mito da infância feliz, inocente, pura, desprovida de malícia e maldade. Por que não aproveitar este mesmo espaço temporal para incursionar pelo lado não-respeitável de nossa sociedade – roubando palavras da profa. Maria Amélia –, justamente aquele em que modalidades diversas de violação dos direitos fundamentais da criança são cotidianamente praticadas?

Ao convite formalizado seguiu-se, quase sempre, uma reação a um só tempo de contemplação e receio. Contemplação pela ousadia do editor. Ninguém desconhece que hoje, pelo menos nas grandes metrópoles, a prostituição infantil constitui uma das mais cruéis formas de sujeição de seres humanos a condições indignas de existência. A visibilidade da situação social problemática deixou de habitar os espaços domésticos para eleger a rua como seu foro privilegiado. Neste particular, nenhum dos convidados teve a intenção de questionar a realidade material do fato. Elogiou-se, inclusive, a iniciativa do IMESC em investir esforços na discussão pública de temas considerados malditos em que o silêncio configura regra destinada a disciplinar ingerências incômodas. O receio dos convidados adveio de outra ordem: nenhum deles se considerava especialista no assunto. De fato, a exiguidade bibliográfica sobre prostituição infantil, aliada ao desinteresse, vezes manifesto, de nossos principais centros de produção de conhecimento científico, não deixam de dar vazio e razão ao receio expresso pelos convidados.

O editor de *TEMAS IMESC – Soc. Dir. Saúde* não desconhecia esta particularidade. Mesmo assim valia, como valeu, a pena tentar. A composição da mesa-redonda orientou-se por dois critérios. Primeiro, buscou-se reunir pesquisadores, especialistas e trabalhadores de diferentes áreas do conhecimento e da vida social com vistas a que o debate pudesse, quando menos, refletir diferentes ângulos da situação social problemática, complementares ou não. Segundo, cuidou-se de reunir aqueles que, de um ou outro modo, na sua trajetória de atuação pública, houvesse esbarrado, ainda que marginalmente, na intricada rede de compromissos e alianças envolvidos na prostituição infantil. Por este motivo, não se solicitou dos participantes que oferecessem ao debate substanciosas conclusões de pesquisas, teses ou diagnósticos academicamente elaborados. Ao contrário, a proposta do editor consistiu tão-somente em fazê-los debater sobre o tema, em ajudar-nos a refletir sobre seus meandros e determinações, em apontar-nos caminhos e sugerir-nos tarefas para novos encontros e novas abordagens. Com isto, dissipou-se o receio.

Como poderá se certificar o leitor, o debate que se segue foi norteado pelo espírito que cerca as primeiras investigações. O ataque frontal ao cerne da questão pareceu não se concre-

tizar, como, aliás, já era cogitado. No entanto, nos diversos depoimentos, se vislumbraram ricas opções para futuros encontros. Seja na exposição do quadro comparativo da prostituição infantil em diversos países; seja no relato apaixonado de casos nos quais a emoção toma de assalto a razão; seja no intrigante depoimento a respeito das modalidades perver-sas de abuso contra crianças; seja na original e estimulante abordagem sobre a erotização da infância; seja na inserção sociológica do tema no universo da ordem e da desordem social ou na identificação de limites jurídicos que se antepõem à superação da situação pro-blemática – todas essas abordagens guardam algo em comum.

Por um lado, refletam nossa dificuldade em compreender e explicar cientificamente a prostituição infantil. Talvez porque se oculta sob seus paramentos nossa incapacidade de enfrentar e discutir modelos de organização familiar que vigem em nossas sociedades, alienadas em padrões adultocêntricos e androcêntricos de relações sociais. Por outro lado, tais abordagens alimentam uma expectativa. Espera-se que, tão logo se frutifiquem os re-sultados deste debate, a abordagem multidisciplinar possa contribuir para transformar a prostituição infantil de um problema privado em uma questão pública. Mais do que isto, espera-se que esta abordagem possa igualmente sintetizar um entendimento comum, con-quanto produto de diferentes e contraditórias percepções, acerca da origem, natureza e formas de manifestação do fenômeno, notadamente em nossa sociedade. Se a isto nos prestarmos, consideraremos atingidos os fins pretendidos com esta iniciativa de *TEMAS IMESC – Soc. Dir. Saúde*.

Por fim, cabem duas observações. Diante do espírito que animou a organização do de-bate, o editor entendeu inoportuna qualquer tentativa de elaborar glosses marginais ao tex-to. Qualquer inclinação nesse sentido afigurou-nos temerosa. Antes de tudo, preferiu-se manter o documento para futuras reflexões, deixando que o próprio debate se ex-pusesse por si próprio aos olhos críticos do leitor. Ao final do debate, publicaram-se refe-rencias bibliográficas, gentilmente autorizadas pela profa. Maria Amélia Azevedo, quem as elaborou, com vistas a motivar a leitura e o conhecimento do tema abordado.

TEMAS IMESC – Como se coloca a questão da prostituição infantil a nível internacional? Há estudos comparativos? Há dados sobre o comportamento do fenômeno em outros paí-ses?

MÁRIO LORENZI* – Minha iniciativa em escrever este livro **, uma denúncia que não pretende ser nem original e tampouco única, repousa em duas razões. Primeiro, em virtude de meu trabalho, muitos anos de navegação levaram-me a muitos portos e a muitos lugares nos quais deparei freqüentemente com crianças sendo objeto de prostituição. Segun-do, como observador convidado pela Associação Internacional de Juristas Democratas esti-ve no 12º Congresso Internacional dessa Associação, realizado em Atenas. Na qualidade de jornalista, pude coligir dados, através de documentos, alguns dos quais de conhecimen-to público, da ONU e de outras entidades, além de entrevistas, o que me facultou a possi-bilidade de elaborar um panorama internacional da prostituição infantil. Por sua vez, a

* Texto não revisado pelo debatedor.

** LORENZI, Mário. *Crianças mal amadas: nova minoria*. São Paulo: Global, 1985.

oportunidade oferecida por uma editora nacional facultou o acesso do público brasileiro a este panorama. Recebo, praticamente, a cada mês, notícias de diversos países, como, por exemplo, do Quênia, cuja situação é um desastre. Nos Estados Unidos, o panorama não é menos inquietante. Os jornais americanos noticiam diariamente o desaparecimento de crianças, totalizando cerca de 500 mil por ano. A televisão americana emite, também diariamente, 3 a 4 avisos de crianças raptadas. Na China, com a criação de regiões especiais, restiveram-se antigos costumes de se vender ou, eventualmente, matar crianças, agredidas pelo fomento de um mercado próprio. Na Itália (como em qualquer país do mundo), a prisão de crianças é um fato corriqueiro, porém ninguém torna conhecimento a despeito da existência até mesmo de críticas. O mais comum, contudo, é atestar-se o silêncio com que os meios de comunicação tratam da criança e, mais ainda, da prostituição. Há um bloqueio na circulação de informações, seja por ignorância, indiferença, por conveniência, por mentalidade ou ideologia. Por outro lado, mesmo quando se fala do assunto, procura-se conferir maior ênfase à violência sexual cometida contra crianças do que propriamente à prostituição infantil. Assim, nos Estados Unidos, verificou-se recentemente uma iniciativa, à primeira vista, comercialmente bem sucedida. A Secretaria da Educação promoveu a divulgação de panfletos, na semana de 28 de setembro a 5 de outubro, destinados a proteger as crianças. Tomando por modelo publicitário o homem-aranha, na verdade, o alvo visado pelos panfletos era a violência sexual doméstica, praticada por pais, amigos ou eventuais pedófilos. A prostituição infantil sequer é anunciada ou sugerida. Além do mais, quando se observa que 70% do total de desaparecidos aqui na América tem menos de 10 anos, se entende porque o assunto é considerado tabu e se torna objeto de discussão apenas em "reuniões domésticas". Quais os meios para lutar contra esse panorama? É muito difícil... honestamente eu não sei.

TEMAS IMESC — Vamos pensar um pouco mais sobre a sociedade brasileira. A "quantas" anda a prostituição infantil no Brasil ou, pelo menos, qual é a realidade paulista do fenômeno?

É muito fácil até passar na rua e ver as prostitutas, mas o lado de lá ...

LIA JUNQUEIRA — O nosso Código de Menores é o único do mundo que legaliza a exportação de crianças. Acompanhei alguns casos em que as crianças simplesmente sumiram, como a situação de um menino, adotado com 12 anos através da FEBEM, que chegou aos Estados Unidos, posteriormente foi ao México, a partir do que nunca mais obtivemos qualquer notícia. Exportam-se crianças daqui de São Paulo, de Fortaleza e de Porto Alegre, três principais centros de oferta. Além do mais, há crianças negociadas, que saem por debaixo do pano e que, de vez em quando, estouram nas manchetes dos jornais. Então, se nos Estados Unidos somem, aqui as crianças são legalmente exportadas. De fato, não é possível compreender o porque de casais brancos americanos adotarem crianças negras. Alguns anos atrás, eu tive uma experiência de trabalho que me fez conviver com cerca de 200 prostitutas. Pude constatar que não mais existe a prostituição de adultos porque aos 19 ou 20 anos as meninas já estão velhas para permanecerem na prostituição. Sem ter medo de errar, posso afirmar que a maior parte delas, ex-empregadas domésticas provenientes do interior, foi vítima de violência sexual perpetrada por patrões ou seus filhos, da qual resultou gravidez que hoje se convencionou chamar de "não desejada". A par disto,

não é incomum que as crianças lhes sejam "raptadas", quando não são abandonadas por absoluta falta de recursos. A propósito, fui procurada por uma prostituta cujo filho, quando tinha um ano, era mantido sob os cuidados de uma senhora. Essa prostituta havia adoecido e se internado, durante 3 meses na Santa Casa. Enquanto estava internada perdeu contato com seu filho. Desinternada, não conseguiu localizar a mulher que ficara com seu filho, no endereço de seu conhecimento. Durante dez meses procurou pelo paradeiro, indo inclusive à Casa de Detenção pois sabia que aquela mulher tinha um sobrinho naquele estabelecimento prisional. Após marchas e contra-marchas, ela conseguiu obter o endereço e localizar a mulher, que lhe falou: "como você deixou de me pagar e eu não tinha mais dinheiro, entreguei a criança na FEBEM". Fomos saber que fazia cerca de 5 a 6 meses que aquela criança havia sido adotada. Como se sabe, o decreto de abandono firmado por um Juiz de Menores é algo irreversível. Quando aquela prostituta tomou consciência da repercussão do fato, ela quase louqueceu, bebia muito, já estava drogada. Nenhum juiz devolveria esta criança a esta mãe, mesmo com a suposição de que um dia ela pudesse assumir esta criança. Esta criança está com um casal a custo da loucura dessa prostituta que tinha só 17 anos de idade, nesta época, e que havia engravidado aos 15 anos. São coisas assim que nos revelam a impotência que a gente tem frente a esse quadro todo.

TEMAS IMESC — As falas anteriores já anunciam a complexidade do fenômeno enfocado neste debate. A propósito das implicações jurídicas apontadas por Lia Junqueira, Temas IMESC pergunta ao professor Dallari: os instrumentos jurídicos são eficazes para controle da situação social problemática, ou pelo menos, para situar o problema nas fronteiras de uma sociedade de bem-estar e democrática?

O Judiciário tem um papel social extremamente importante.

DALMO DALLARI* — Eu vou procurar rapidamente dizer algo, a partir obviamente de uma visão que inclui aspectos jurídicos, mas que eu pretendo que não sejam apenas jurídicos. O primeiro aspecto básico a ressaltar diz respeito ao problema da prostituição infantil como um problema de criminalidade em geral. Para a maioria dos brasileiros, o problema da criminalidade resume-se em criar mecanismos de repressão. É indispensável enfrentar essa posição, de forma que, ao lado das implicações de ordem jurídica, necessitamos ouvir a contribuição da psicologia, da sociologia, da economia, inclusive da medicina para o fornecimento de diretrizes mais seguras a respeito de como ligar com esta questão. Um outro aspecto merece consideração. Nós podemos dizer que o problema tem causas econômicas e sociais, quer queira ou não associadas ao capitalismo. Todavia, por mais que a gente queira admitir que o capitalismo é responsável pela prostituição infantil, o fato é que não podemos eliminar o capitalismo de uma hora para outra. O fato é que o problema deve ser enfrentado dentro da própria sociedade capitalista. Daí que, além dos problemas econômicos e sociais, há que se ressaltar a existência de problemas culturais, que atingem pessoas de diferentes condições sociais. Não tem sido convenientemente lembrado, mas, no Brasil, o abandono de crianças é generalizado, nós temos crianças abandonadas ricas e pobres. Esta constatação leva-nos ao desafio, o que fazer? A quem respon-

* Texto não revisado pelo debatedor.

sabilizar? Como caminharmos no sentido de solução? Do ponto de vista jurídico, portanto, o primeiro problema a enfrentar é a fixação de responsabilidades. É muito oportuno lembrar tal questão — sobretudo a responsabilidade da sociedade — quando nos encontramos à beira de um novo processo constituinte no qual vamos definir em que tipo de sociedade vamos viver, qual a posição de cada um dentro da sociedade e tudo isto implica inclusive em discutir a questão da distribuição da riqueza, a questão da fixação de prioridades etc. Além do mais, há uma responsabilidade mais específica. Por exemplo, hoje, na Constituição de Portugal, já há uma referência expressa à proteção da criança, inclusive quanto à responsabilidade dos pais, o que inexiste em grande número de Constituições. Na verdade, há uma série de questões envolvidas. Quem serão as autoridades responsáveis? Seriam os juízes? Será que os juízes estão preparados para arcar com este tipo de problema? Discutindo com um magistrado, observei ser ele entusiasta da exportação de crianças, sob o argumento de que, em um país com nível de pobreza extremamente elevado, como o nosso, a criança pobre, abandonada, vai ser subnutrida, não vai receber educação, vai ser encaminhada à prostituição. Ele ficou absolutamente surpreendido quando mencionei a hipótese da existência de redes internacionais de aliciamento interessadas nessas crianças. Não acredito que os juízes nada tenham a ver com o problema, acho que eles tem. O judiciário tem um papel social extremamente importante. Nós precisamos pensar na hipótese de que os juízes venham a ser responsabilizados pelos desacertos cometidos na adoção internacional de crianças. Um outro aspecto, o Ministério Público. O Ministério Público tem uma função de Curadoria, de vigilância, de proteção dos interesses sociais, de maneira geral tem uma responsabilidade muito específica no tocante aos incapazes. O nosso Ministério Público está também preparado para assumir tais responsabilidades? Outra área plena de controvérsias é a área da polícia. Recentemente, falou-se a respeito de uma delegacia de polícia especializada em menores. Pois, a partir daqui, a questão da criança violentada, abandonada, passou a ser um problema de polícia. Como se sabe, a nossa experiência em relação ao comportamento da polícia é algo assustador. Se nós formos levar os casos de violências praticadas contra crianças às delegacias, estaremos acrescentando nova violência, pois o ambiente de uma delegacia é de uma violência permanente. Daí a necessidade de refletirmos sobre o tipo de polícia compatível com uma organização social que assume responsabilidades. Ademais, precisamos pensar em todos os outros órgãos da administração pública que, de uma forma ou outra, podem ter grande influência sobre a situação problemática, entre eles os recolhimentos de crianças e aqueles que forem diretamente responsáveis pelas questões de família e de bem-estar. Talvez o começo da solução esteja na proteção adequada à família. Trata-se de criar órgãos de proteção à educação e à saúde. Mas, a seguir, eu passo à questão da responsabilidade dos pais. Na experiência que tive, junto ao Amparo Maternal, e mesmo junto à advocacia particular, verifiquei que há muitas situações em que o pai, especialmente o pai e não a mãe, com relativa freqüência, abandona a família e cria condições muito propícias ao abandono definitivo da criança. Na maioria das vezes, será injusto punir o pai que, em situação de miséria crescente, abandonou a criança, pois ela já está sendo punido pela pobreza. Ele não abandona por prazer, mas porque não lhe resta outra possibilidade. Não sei, trata-se de questão que mereceria discussão mais aprofundada, porque assim poderíamos avançar um pouco mais na problemática da fixação da responsabilidade paterna. Finalmente, con-

vém lembrar que responsabilizar o violentador muito freqüentemente acaba atingindo toda a sua família. Então, como fazer para que se promova a responsabilidade sem que a própria família do violentador sofra as consequências decorrentes da responsabilização? Expus alguns aspectos jurídicos que considero relevantes, embora igualmente considero que o problema não seja exclusivamente jurídico, contudo não deixa de ser jurídico. Neste sentido, torna-se fundamental a contribuição de aqueles que são de outras áreas, que irão orientar o legislador no tratamento da violência.

TEMAS IMESC — À medida em que se vai colocando o problema da prostituição infantil, com suas particularidades e com seus dramas, cabe perguntar: a criança está submetida a outras modalidades de abuso? Quais?

CELINA GUERRA E SILVA* — Estou desenvolvendo, desde 1979, no Instituto da Criança do Hospital das Clínicas da USP, estudo sobre uma forma particular de violência, chamada "síndrome da criança espancada", que atinge bebês de 0 a 3 anos, tendo já reunido uma casuística de perto de 100 observações. Ao hospital chegam crianças com queimaduras, fraturas e vítimas de violência sexual. Pude observar que esta última modalidade de abuso contra a criança é praticada no interior das próprias famílias, por pessoas provenientes de todas as classes sociais. Não são apenas as crianças de classes menos favorecidas as vítimas potenciais dessa modalidade de abuso. Quanto à pergunta formulada, nós sabemos que os primeiros anos são tudo na vida de um indivíduo. Uma criança que sofre abuso sexual, desde sua formação, está sujeita a todos os tipos de problemas. Nós sabemos que a criança tem uma sexualidade e que, inclusive, muitas vezes, ela se habilita a ser manipulada, a ser cheirada e que mesmo chega a ter prazer nestas situações. No entanto, há crianças que apresentam hemorragias, queimaduras em seus genitais, sejam meninos ou meninas. Ademais, o maior número dessas crianças que sofre abuso sexual, como também carência, abandono, negligéncia, falta de afeto, é filho de pais igualmente vítimas de violência. Agora, sob o ponto de vista psicológico, o abuso sexual pode ter consequências irreparáveis, sobretudo para as meninas: sua sexualidade, no futuro, passará a ser algo cruel, poderá desequilibrar toda sua parte de mulher, de feminilidade, de maternidade, de relações humanas. A sexualidade passará a ser utilizada como uma forma de agressão ou contra-agressão a tudo aquilo que recebeu.

TEMAS IMESC — Quando se pensa em crianças é comum ter-se a imagem mística da criança assexuada, o que hoje parece contestável, como aliás sugeriu Celina Guerra e Silva. Mas, além da questão da sexualidade da criança, há outra questão. Ela diz respeito à erotização da infância, à transformação da criança em objeto de prazer sexual. Maria Amélia, o que você nos diria a respeito desse tema?

Nossas crianças são, tem sido e continuam sendo objeto de um amor, um amor desvalorizado.

MARIA AMÉLIA AZEVEDO — Antes de responder diretamente à questão, eu queria introduzir algo sobre o tema. Em primeiro lugar, eu gostaria de lembrar por que nós es-

* Texto não revisado pelo devedor.

mos hoje discutindo este tema. Nós estamos no mês da criança, só que a criança da qual nós estamos falando neste encontro é a criança que a televisão tem todo o interesse em ocultar, é a criança que está ai nos porões da nossa sociedade. Frente a isto, eu, como pesquisadora na área de violência e também como educadora, me perguntei: o que significa efetivamente prostituição infantil? Então, ocorreram-me três respostas, ligadas ao que se poderia definir, muito claramente, como erotização da infância. A infância é uma etapa natural do projeto humano. No entanto, a prostituição infantil é uma das formas mais degradantes de Eros, equivalendo a uma verdadeira erosão da infância. E como se processa esta erosão? Revendo a bibliografia especializada nesta área, cheguei a três respostas. Em primeiro lugar, a prostituição infantil é uma forma de *ideologizar a infância*. Há um estudo interessante, elaborado por SNYDERS^{*} que procura verificar, ao longo da história, quem é que foi considerado criança, ou seja, quem foi "assimilado à criança". Lembra que na antiguidade grego-romana foram considerados crianças os escravos. No curso da história, outras categorias foram infantilizadas: os criados, os negros no período colonial, mais recentemente os operários e, finalmente, as mulheres, que permanecem crianças até hoje. E, através dessa leitura em espelho, este autor mostra que nossas crianças são, tem sido e continuam sendo um objeto de amor, de um amor que ele chama de amor desvalorizado que mitifica a infância. A idéia da criança como esperança, da criança como o futuro da humanidade é, em grande parte, uma farsa para encobrir este lado oculto que elega a criança como menor de idade. Em que pese Piaget, por quem tenho grande respeito principalmente porque ele procurava resgatar a criança ativa, inteligente e criadora, em realidade a criança participa de relações sociais, relações de subalternidade em uma sociedade adultocêntrica, na qual ela não é sujeito de direito e sequer sujeito da história, porém seu objeto. Portanto, é uma entidade que pode sofrer desrespeito e ser violada impunemente, fenômeno que vai explodir no abuso sexual da criança. Em decorrência disto, fui, em seguida, levada a examinar um pouco a bibliografia que trata do abuso sexual. Eu defrontei-me com uma grande dificuldade porque os teóricos afirmam que definir abuso sexual implica necessariamente em contextualizá-lo. Não podemos discutir a questão fora do tempo e do espaço. Em que pesem as limitações apontadas, colocam-se três grandes grupos de abusos. O primeiro, aquele que eu estudo, trata-se do abuso que se processa dentro da família e que envolve, entre outras modalidades de violência conhecidas, o incesto. O segundo grupo envolve o turismo sexual, a venda de crianças com fins sexuais, isto é, a prostituição infantil. O terceiro grupo envolve a exploração sexual dos criados domésticos, das crianças de rua e das crianças que se encontram em instituições reparadoras, ou, pelo menos, ditas reparadoras. Como se vê, trata-se de um fenômeno extremamente complexo. E, para que se possa ter uma idéia precisa do fenômeno é indispensável que se circunscreva bem à temática. Sob esta perspectiva, a prostituição infantil, implicando a comercialização do próprio corpo, não tem apenas as razões associadas à miséria. A sociedade tem outras razões para fomentar este tipo de prática social, razões culturais ligadas ao padrão adultocêntrico de relações sociais. Por fim, a prostituição infantil é uma forma de erosão da infância por suas consequências. Um levantamento

americano na literatura especializada a respeito dessas consequências revela não apenas resultados contraditórios, mas também um dado perturbador. Há pesquisas que mostram que não há nenhum dano sobre o comportamento de crianças e de adolescentes. Apesar deste resultado perturbador, este levantamento bibliográfico, que cobre o período de 1932 a 1978, identifica problemas de ajustamento sexual que incluem desde uma identificação deteriorada, troca de sexo e promiscuidade, até uma acentuada preocupação com questões性uais. Ademais, há um segundo grupo de problemas de natureza interpessoal, responsável por perturbação nas relações sociais, que vai desde a hostilidade até às idéias homicidas. Há, também, problemas educacionais. Crianças vítimas de violência apresentam dificuldades de aprendizagem. A tudo isto, acrescentam-se sintomas de "debilidade mental" (que pode ser apenas social), de perda de auto-estima, de ansiedade, perturbação do sono e idéias de suicídio. Mas, como já sublinhei, identifiquei igualmente 6 estudos que não apontam qualquer problema, havendo mesmo quem avverte que as consequências foram até favoráveis ao desenvolvimento psíquico e sexual da criança. Assim, caso não contextualizarmos do que estamos falando efetivamente, corremos o risco de não deixarmos explícito porque somos contra a prostituição infantil. Para finalizar, eu gostaria de destacar notícia veiculada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* a respeito da venda, para Rondônia, de meninas entre 12 e 17 anos, por preços que variam entre 2 e 3 milhões de cruzeiros. É fácil imaginar o que vai acontecer com estas meninas que vão descer na zona do garimpo. Tenho inclusive informações de pessoas que trabalham em Rondônia, confirmando que o fenômeno é bastante conhecido por lá.

TEMAS IMESC — Embora tenha sido ressaltado que o abuso sexual de crianças é um fenômeno que atravessa a história das civilizações, não se pode desconhecer que certos tipos históricos de sociedade apresentam configuração específica deste fenômeno. Helelith, você, como socióloga, como interpreta as relações entre prostituição e violência e, inclusive as repercussões dessas relações sobre a prostituição infantil?

Obviamente, em uma sociedade capitalista, há uma dominação de ordem econômica que aflora à superfície da sociedade; mas eu jamais imputaria cem por cento de responsabilidade por fenômenos de violência, nisto compreendo a prostituição, a este fator.

HELEIETH SAFFIOTTI — Eu considero que este tipo de assunto deve ser tratado interdisciplinarmente. Acho que nenhum de nós, isoladamente, consegue dar conta da riqueza de detalhes que envolve o fenômeno que estamos discutindo. Em todas as falas anteriores, ficou claro que existe, em algumas sociedades, uma ordem que poderia ser enunciada da seguinte forma: todos os adultos dominam todas as crianças, quase todos os homens dominam quase todas as mulheres, brancos dominam negros. Há momentos em que encontramos uma dificuldade muito grande em destrinçar as inter-relações entre estas várias ordens de dominação e de subordinação que não ocorrem paralelamente, mas, ao contrário, se interpenetram, se cruzam. Eu acredito que existem mediadores psicológicos, porque um mesmo fenômeno, digamos a promiscuidade, exerce efeitos diferentes sobre distintos indivíduos que vivem sob as mesmas condições. Não fosse assim, eu imaginaria que todas as mulheres pobres seriam potencialmente prostitutas. Bem, eu vou agora deter-me um pouco sobre cada uma das considerações feitas. Falando friamente, eu considero a prostituição sob a perspectiva do modo de produção capitalista um co-

* SNYDERS, G. *Não é fácil amar nossos filhos*. Lisboa: Dom Quixote, 1984.

mércio como outro qualquer. Em trabalho que escrevi, recentemente, a pedido da UNESCO, cheguei à conclusão que o Brasil infringe Convenção Internacional que proíbe qualquer tratamento discriminatório em relação à prostituição. O Brasil confina sistematicamente as prostitutas. Quem faz o confinamento? A polícia, e não raro, com o apoio escancarado dos agentes da ordem, ou dos aplicadores da lei, agentes da Justiça. Isto se faz do Oiapoque ao Chuf. Eu tomo o caso de Campinas onde a polícia fez confinamento com o apoio total de magistrados e do Ministério Público, além de ampla cobertura por parte da imprensa. Refletindo um pouco sobre isto, cheguei à seguinte conclusão: "a sociedade de bem" — eu propositadamente uso esta expressão porque ela contém uma conotação de hipocrisia suficientemente grande — concebe um tipo de ordem na qual tudo o que não obedeça às suas normas faz parte da desordem. Acontece que a ordem só pode existir em função da desordem, daí que a "gente de bem" necessita organizar esta desordem. Neste sentido, só existe a prostituição popular, pois a "sociedade de bem" convive tranquilamente com o requinte das casas de massagens. Mas, há também outras razões. Há a questão da saúde. Na medida em que confina as prostitutas, a "sociedade de bem" exerce controle sobre a saúde. As prostitutas são fichadas, obrigadas a se submeter a exames periódicos. Além disso, há outras implicações, cabendo lembrar que os países industrializados são inegavelmente os mais violentos quando se fala do ponto de vista da repressão à prostituição. Quanto à questão da adoção a nível internacional, considero da maior gravidade os relatos apresentados pela Lia Junqueira. Tenho a impressão de que se trata de um fenômeno ao qual se deva dedicar consistente reflexão de modo a que se possa sugerir alternativas àquelas que detêm o poder de regulamentação. É preciso, contudo, colocar em discussão a premissa segundo a qual o monopólio da decisão fique exclusivamente em mãos de um juiz. Por que não agregar ao processo decisório pessoas de bom senso, pesquisadores e até religiosos que se interessam pelo assunto? Eu gostaria, por fim, de exemplificar algo, com base em alguns escritos meus sobre o assunto, que permita avançarmos no entendimento da prostituição como uma forma de violência. Eu acho que há um arquétipo masculino muito preciso, o do homem forte. Ele é socializado, desde o nascimento, para atuar sempre racionalmente e para se transformar necessariamente em profissional, pois se destina a ocupar posições de prestígio no terreno ocupacional. Isso não significa que neste arquétipo não haja contradição. Eu identifico grande contradição quando o homem é proibido de manifestar seus sentimentos. Por definição, o homem é razão e não emoção, porque emoção é a mulher. Mas o homem é incapaz de controlar o desejo. Então o desejo sexual que lhe proporciona prazer e que se insere, portanto, no plano das emoções, pode ser desfrutado a qualquer momento e com qualquer pessoa porque isto não é apenas tolerado como também aceito. O homem é destinado à poligamia. No arquétipo masculino, eu identifico o sujeito desejante. Ele deseja um objeto que está fora dele e usa este objeto para a saciedade de seu desejo. Do outro lado, o que encontramos? Não apenas um arquétipo do feminino, porém dois arquétipos: o arquétipo da "santa", mãe, dona de casa, assexuada e o outro que é o arquétipo da prostituta. Aparentemente, estes dois arquétipos são absolutamente contraditórios, mas há entre eles uma identidade básica. Ela resulta do fato de ambas as mulheres, a "santa" e a "puta", serem objeto de prazer do homem. Nenhuma delas é sujeito do desejo, o que reflete evidentemente relações de dominação e de subordinação, razão por que eu não consigo desvincular a prostituição de

violência. A propósito, em minhas pesquisas pude constatar que a "carreira" de muitas prostitutas conta, lá na infância, com um histórico de violência sexual praticado pelo pai, padastro, namorado ou algum desconhecido. E, digo mais, na qualidade de objeto de prazer do sujeito desejante, a mulher coloca-se frente à vida sempre para EROS e nunca como EROS. Se ela nunca se coloca como EROS, ela nega EROS e ao negar EROS ela afirma TANATHOS, isto é, ela nega a vida e afirma a morte. Trata-se de uma dialética entre EROS e TANATHOS. Com isto chegamos a um paradoxo. A mulher é definida a partir da emoção, é chorona, incapaz de pensar, desinteligente. No entanto, é através da razão que ela consegue controlar seus desejos. Daí, o paradoxo. A mulher é definida a partir de emoções mas não pode viver a emoção. Eu acho que isto não é meramente um jogo de palavras.

TEMAS IMESC — A exposição da Heleiaith, sem dúvida, sugere um conjunto de outras reflexões. A título de exemplo, valeria a pena aprofundar a discussão em torno das relações entre a erotização da infância e os arquétipos masculino e feminino, que ocultam formas particulares de dominação. O debate revelou a complexidade do problema social, expressa não apenas através das múltiplas formas de observá-lo e de analisá-lo, como também por intermédio da contraposição de idéias e de pontos de vista. Particularmente, **TEMAS IMESC** anotou, como controvérida, uma questão: afinal, a prostituição infantil, nas suas formas presentes e atuais de manifestação, é privilégio do modo como a sociedade capitalista produz e reproduz suas relações sociais? A leitura do debate certamente conduzirá o leitor a perceber opiniões contrastantes a respeito. Crê-se, todavia, que do conflito de opiniões, posturas e pontos-de-vista será possível vislumbrar encaminhamentos para superar a situação social problemática. **TEMAS IMESC** considera apenas iniciado o debate. Espera que novos encontros possam ser concretizados. A este respeito, as referências bibliográficas que seguem, ao final, se prestam justamente a estimular não somente um conhecimento mais aprofundado do assunto, como igualmente possibilitar a produção de novos conhecimentos.

CHILD PROSTITUTION. Temas IMESC. Soc. Dir. Sadde, São Paulo, 2(2): 169-170, 1986.

ABSTRACT: A debate held at IMESC in October 1985, with the participation of invited specialists, focused on child prostitution. A number of aspects of this problematic social situation were discussed: child prostitution in various countries; day-to-day violence, abuse and commercial exploitation of children in São Paulo, with accounts of actual cases; psychological and psychiatric damage; eroticization of childhood; social determinants of the utilization of children as objects of sexual exploitation; legal aspects. The debate demonstrated not only the complexity of the issue in question but also the difficulty of understanding it because it results from a synthesis of multiple causes. Moreover, underlying the discussion of child prostitution is that of a deeper problem: the adult-centered, androcentric model of organization of family life in societies where the contemporary patterns of Western civilization prevail.

KEY WORDS: child prostitution, psychological and psychiatric damage; eroticization of childhood; sexual abuse of children; social and legal aspects.

PROSTITUCIÓN INFANTIL. *Temas IMESC*, C, Soc. Dir. Saúde, São Paulo, 2(2): 159-170, 1986.

RESUMEN: Debata realizado en el IMESC, en octubre de 1985, entre especialistas invitados, cuyo tema central fue la prostitución infantil. Se enfocaron distintos aspectos de la situación social problemática: el panorama de la prostitución infantil en diferentes países; el cotidiano de la violencia, del abuso y de la comercialización de niños en São Paulo, a través del relato de casos; implicaciones psicológicas y psiquiátricas, la erotización de la infancia, determinantes sociales de la utilización del niño como objeto de explotación sexual, además de los aspectos jurídicos que involucra la cuestión enfocada. El debate reveló la complejidad del fenómeno y también la dificultad de comprenderlo, como síntesis de múltiple causalidad. Tal vez porque se oculta detrás de la prostitución infantil una otra discusión: el modelo adultocéntrico y androcéntrico de organización de la vida familiar en las sociedades que viven bajo la égida de la civilización occidental contemporánea.

UNITERMINOS: prostitución infantil, implicaciones psicológicas y psiquiátricas; erotización de la infancia; abuso sexual de niños; aspectos sociales y jurídicos.

REFERÉNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. *Pequenos bandidos*. São Paulo: Global, 1983.
- CARLSSON, Bo. *Exploitation of children with special regard to sexual exploitation and sale of children: an exploratory study*. 1982. mimeo.
- CENTRO DE DEFESA DA QUALIDADE DA VIDA. *A situação da criança no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Muro, 1980.
- DENSEN-GERBER, J. e HUTCHINSON, S.F. Sexual and commercial exploitation of children: legislative responses and treatment challenges. *Child Abuse and Neglect*, 3, 61-86, 1979.
- GUERRA, Viviane N. de A. *Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas*. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1984.
- LOLITA: A MODA DA NINFETA TOTAL. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 14 nov. 1985.
- LORENZI, Mário. *Crianças mal amadas: nova minoria*. São Paulo: Global, 1986.
- PASSETTI, Edson et alii. *O mundo do menor infrator*. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1984.
- PIERCE, Robert Lee. Child pornography: a hidden dimension of child abuse. *Child Abuse and Neglect*, 8, 483-93, 1984.
- STRAUSS, P. e MANCIAUX, M. *L'enfant maltraité*. Paris: Fleurus, 1982.
- VIOLANTE, Maria Lúcia. *O dilema do decente malandro*. 2. ed. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1983.

Informes e Destaques

CENTRO DE ESTUDOS DO IMESC – SOCIEDADE, DIREITO, SAÚDE
Seminários Externos de Atualização – 1º Semestre-1986

TEMÁRIO

MARÇO:

- Dia 04 14:00 horas – TUBERCULOSE PULMONAR EM UMA PRISÃO: ESTUDO DE ALGUNS ASPECTOS EPIDEMIOLÓGICOS COMO SUBSÍDIOS PARA O SEU CONTROLE – CASA DE DETENÇÃO.
Rinaldo Niero (Professor Assistente Doutor do Departamento de Epidemiologia: Área de Tisiologia da Faculdade de Saúde Pública da USP).
- Dia 18 14:00 horas – O USO DO ÁLCOOL ENTRE ESTUDANTES DE 1º GRAU NA CIDADE DE SÃO PAULO.
Beatriz Carlini (Socióloga contratada pelo Departamento de Psicobiologia da Escola Paulista de Medicina).

ABRIL:

- Dia 01 14:00 horas – POLÍTICA NACIONAL DO BEM ESTAR DO MENOR.
Edson Passetti (Professor do Departamento de Política da PUC-SP).
- Dia 15 14:00 horas – DISCUSSÃO SOBRE O CONCEITO DE TOXICOMANIA E A VALIDADE DA PREVENÇÃO DO PROBLEMA.
Maria de Lourdes de Souza Zermele (Psicóloga Clínica e Membro da FIPEF).
- Dia 29 14:00 horas – EPILEPSIA DA CRIANÇA.
Saul Cypel (Livre Docente de Neurologia Infantil da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo).

MAIO:

- Dia 13 14:00 horas – NÓS DE VALOR, NÓS DE FATO e FALE SÓ DE MALANDRAGEM. Filmes.
- Dia 27 14:00 horas – SEXO E ADOLESCÊNCIA.
Naumi Vasconcelos (Doutora em Ciência Sexológica pela Universidade de Louvain – Bélgica).